

DA LIBERTAÇÃO NACIONAL À LIBERTAÇÃO ECONÓMICA:
A LITERATURA ANGOLANA APÓS A INDEPENDÊNCIA¹

José Carlos Venâncio
(Universität Heidelberg)

1. A ponderação de factores culturais como predominantes em matéria de teorias e estratégias de desenvolvimento é facto que levou Senghaas, que vale na sociologia/politologia alemãs como um dos representantes da chamada teoria da dependência², num dos seus últimos escritos (1984)³, destacando-se das teorias de modernização - que desde sempre haviam dado um certo relevo à transformação cultural em matérias tais e cujos defensores referem a respeito delas uma segunda primavera⁴ - a interrogar-se se se trataria de mais um factor, a acrescentar àqueles outros de índole fundamentalmente económica até aí apontados como responsáveis pelo subdesenvolvimento, ou dura mudança de paradigma.

Em qualquer das situações deparamos com um privilegiar de domínios até aí subestimados quer pela teoria estrutural do imperialismo⁵, quer pela acima referida teoria (ou conjunto de proposições, como alguns procurar acentuar) da dependência, próxima daquela. A literatura produzida nas regiões e países flagelados por esse fenómeno do subdesenvolvimento, dada a falta doutros meios (como sejam os inquéritos sócio-linguísticos), surge-nos como a matéria de análise privilegiada para a detecção e avaliação de tais factores. Impõe-se-nos para tal todavia a escolha dura metodologia que, por um lado, evite a tentação do pecado da sociologia moderna que em Roberto da Matta⁶ recebe a designação de "sociocentrismo" (a consideração de subsistemas desintegrados do sistema geral) e, por outro, revele a mensagem literária, situada quase sempre (senão sempre!) a nível do significante, passível de detecção através de horologias (Goldmann⁷, no respeitante sobretudo à prosa) e estileras (Bronnberger⁸, no caso da linguagem poética), categorias estéticas que, se não abranger, pelo menos pressupõem para além do domínio textual/seriográfico o transcendental/seriográfico (Bloch e Kristeva)⁹; domínio último este que nos deixa transparecer - pelo seu carácter prospectivo - o imperativo nacional que muitas vezes se confunde, dada a situação do escritor nesses países, com o imperativo ideológico do estrato social dominante (ou etnicidade dominante, no sentido etnológico moderno daquele termo¹⁰) quer governe ou seja oposição.

2. A literatura africana em língua francesa e inglesa, produzida após a independência dos respectivos países (a partir dos anos 60, portanto) e após uma interiorização (no sentido de Salarrone¹¹) do imperativo nacional relativamente diferente (o que encontra explicação nas políticas coloniais diferentes praticadas pelas respectivas metrópoles¹²), fornece-nos um campo de análise exemplar em função do projecto acima exposto (ponto 1). Se, por um lado, ela coabita com o poder, pelo outro, critica-o. Este tanto é contemplado em função do seu exercício político, isto é, a nível das suas instâncias mais elevadas (Carreron Duodu, The Gab Boys¹³ ou de Henry Lopes, Sans Tar Tar, 1977¹⁴), como também a nível do exercício burocrático, a corrupção dos executantes (de Serbéne Oustrane, Le Mandat, 1963 ou Xala, 1973 ou ainda de Wole Soyinkas, The Interpreters, 1964¹⁵). Enquanto nas duas situações anteriores a alienação da nova elite em função da posse do poder surge aos nossos olhos como o resultado dum processo psico-cultural mais ou menos interno à sociedade alvejada, não se diferenciando por isso o sistema político-económico vigente, outras situações existem em que a crítica ao exercício do poder nos dois níveis acima mencionados é permeabilizada pela crítica ao neo-colonialismo. É a corrupção derivada da intensificação dos princípios de mercado, por um lado, e o acentuar da sociedade dualista a nível económico e cultural, pelo outro. São narrativas exemplificativas deste facto Jagua Nana de C. Ekwensi (Nigéria, 1961¹⁶), Le Bel Immonde de V. J. Mudimbe (Zaire, 1976¹⁷) ou ainda a carta-romance de Mariama Bâ, Une si longue lettre (Senegal, 1980), embora a crítica (refiro-me essencialmente à alerã¹⁸) faça ressaltar nesta narrativa fundamentalmente o aspecto da emancipação da mulher.

3. A resposta da literatura angolana: depois da interiorização do espaço geo-cultural, acontecida nos anos 50 (por criação literária da Geração da Mensagem, da Geração da Cultura II/Boletim da Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa) simultaneamente em Luanda e em Lisboa (os do primeiro núcleo, influenciados pelo modernismo brasileiro, com um discurso político mais metonímico e os do segundo, sob influência do movimento Negritude difundido de Paris, mais reivindicadores da revalorização do Homem negro na sua plenitude)¹⁹, segue-se uma década, a de 60, arorfa não só em relação ao que se passava nos restantes países da África a sul do Saara, então recentemente independentes, como também em relação à estética inaugurada pelas gerações(ão?) da década anterior. Uma explicação possível de tal facto encontrá-la no empenhamento político dessa estética e na acção coerciva do regime colonial-fascista. A década de 70, herdeira da adaptação do regime em causa à conjuntura económica internacional - impregnada pelo crescimento - e à pressão política internacional que sobre ele se exercia, assiste, por um lado, ao alargamento do estrato da pequena burguesia africana e, por outro, a um alívio do aparelho de repressão. Este contexto explica o surgimento dum João-Maria Vilanova (pseudónimo) com o pequeno volume de poemas Vinte canções para Ximinha (Luanda, 1971), cuja linguagem - embora esteticamente inovadora (porque seranticamente mais variada) - reronta à da(s) geração(ões) da década de 50.

O mesmo já não é válido para o discurso poético de Ruy de Carvalho (Chão de Oferta), então e agora, marginal aos valores estéticos predominantes, centrados em Luanda (a região crioula por excelência ou ainda, dada a integração de Angola no contexto económico-político internacional, o palco privilegiado para o jogo do poder) e remontando à década de 50. A alienação em função da ligação telúrica a uma das regiões mais inóspitas de Angola, o deserto de Mossâmedes ("a interminável dimensão do Sul e do pó"), onde o grau de criouliização é deveras diminuto, foi e é ainda hoje²⁰ para este autor o domínio estético escolhido para a realização da sua relação transcendental/semiótica com Angola. Isto, não obstante o seu compromisso político com os que sustentam o poder e a angolanidade (a Weltanschauung do Homem angolano entendida num sentido prospectivo, utópico à guisa da Heimat de Bloch), descendentes (simbólicos) dos homens que realizaram a ruptura estética dos anos 50.

Estes (Viriato da Cruz/Agostinho Neto/Luandino Vieira e outros) fizeram assentar a angolanidade (e com isso a simbologia que futuramente iria rodear o poder) no angolano, que surge como um tipo social (mais no sentido do Haltungs-Typus de Vermeer²¹ que no de tipo-ideal de Max Weber) indiferenciado quanto à cor da pele, falando um português com empréstimos sintácticos e lexicais das línguas nacionais (fundamentalmente do kiMbundu), disse politicamente consciente, no fim, o nacionalista que irá dirigir e preencher, em parte, a guerrilha que o MPLA (Movimento para a Libertação de Angola) irá mover a partir dos anos 60, acabando por assumir o poder em 1975, o ano da independência.

A literatura produzida no campo de guerrilha trouxe-nos à cena as contradições deste nacionalista. Refiro-me ao romance Mayombe (1971)²² de Pepetela, cuja acção - a decorrer numa base do MPLA na floresta do mesmo nome em Cabinda - é motivada pela razão de luta dos dois personagens mais importantes: o comissário, o nacionalista carreirista, e o comandante da base, Sem Medo, niilista de sabor carusiano no seu propósito. É com esta entrega utópica à luta que o autor, ele também guerrilheiro, acaba por realizar homologia, entendida esta mais em função do seu sentido transcendental, envolvendo o imperativo nacional, a busca da pátria de Bloch (pressupondo uma dupla desalienação do sujeito: em relação a ele próprio e em relação à natureza). Aqui reside precisamente o valor da obra, na medida em que transcende o espaço político da guerrilha pelo seu fundo crítico em relação a um tempo posterior, que pode ser do MPLA no poder.

É nesta obra que deveros ir procurar as raízes daquela orientação estética da criação literária angolana após a independência que progressivamente se tem vindo a afirmar, pela sua originalidade, como a dominante. Esta afirmação tem em conta aquela outra orientação desenvolvida por Ruy de Carvalho que, embora original - na sequência do que atrás mencionei -, vale mais como experiência individual, assim como aquela outra que emerge da obra dum Boaventura Cardoso (Dizanga dia Muenhu, 1977 e O fogo da fala, 1980)²³, dum Jorge Macedo ("Quer não é burguês é quê?")²⁴ ou mesmo dum Pepetela mais recente (Yaka, 1985)²⁵ pouco mais acrescentou ao que os homens da década de 50 alcançaram, quer a nível da criação artística, quer ao da praxis política.

As horologias e os seus meios de realização convergem no já referido nacionalista dos anos 50, quer seja o crítico (quase dogmático) do sistema colonial-fascista (no caso dos dois primeiros autores), quer seja o que encontra a angolanidade por alienação, enquanto sujeito de origem europeia, e por desalienação em função do imperativo nacional, supra-racial (o caso de Pepetela).

A chamada Brigada Jovem de Literatura²⁶, não obstante o seu projecto de rasgar o campo dum nova estética, acaba por ficar, salvo algumas excepções, aquém dum Pepetela/Mayombe ou mesmo dum Uanhenga Xitu ("Mestre Taroda", 1974/1977)²⁷, para não referir aquelas manifestações que parecem, de facto, capitanearem a novidade (achada em função do passado histórico, da tradição crioula e da criação literária africana em geral) em Arnaldo Santos ("Na M'banza do Miranda", 1984)²⁸, em Manuel Rui (Quem me dera ser onda, 1984)²⁹ e em Pepetela (O cão e os caluandas, 1985)³⁰.

As duas primeiras narrativas insurgem-se - através dum ironia implícita, quase queirosiana pela sua subtilidade (ponto de ruptura para com o paradigma criação literária africana) - contra a ineficácia do exercício burocrático do poder, contra a directorice (para utilizar uma expressão do próprio Manuel Rui no prefácio ao texto de Arnaldo Santos) dos dirigentes médios, que na maioria dos casos serve para encobrir a incompetência e a corrupção. Este último aspecto é deveras significativo (porque directamente alvejado) na narrativa de A. Santos, acabada de escrever em 1982, a meio dum período, que se estende de 1981 a 83 e que, a ter em conta a aprovação em 1983 pela Assembleia Popular dum plano de emergência essencialmente orientado para a substituição da importação de bens alimentares, deveria ter assistido ao agravamento duplo dum mal que já vinha do período imediatamente posterior à independência: por um lado, a má distribuição dos bens de primeira necessidade e, por outro, a institucionalização da corrupção sobre essa mesma distribuição. Só assim se torna compreensível o seguinte passo (do autor, conclusão que pode ser tirada à partida por duas razões: 1a. a narrativa decorre na primeira pessoa do singular; 2a. há uma alusão física de que o narrador seria um funcionário das finanças, a situação real do autor) do solilóquio após o narrador ter dado com em vão todas as tentativas para a aquisição do pretendido numa repartição pública ainda candengue (recente), a M'banza (domínio/sobado, aonde contariam outros factores que não os da operacionalidade da burocracia dum Estado burguês que se deseja, embora esta afirmação encerre uma outra problemática que não cabe aqui discutir) do chefe Miranda: "Acuado (lê-se então), ficava-me aflito na carteira inútil dos cartões de abastecimento, troca impossível (...)".

Este excerto retrata-nos um comportamento que tendo sido inicialmente inconsciente (pelo que poderemos pressupor que será atitude vulgarizada entre camadas da população sem relações de influência no poder) se torna consciente a partir do momento em que choca com os interesses do interlocutor, neste caso o chefe Miranda. Este não se deixaria corromper com simples senhas de abastecimento, o seu comprometimento localizava-se a um nível mais elevado, que o narrador acabou por atingir através da mentira. Possivelmente um relacionamento de bodó com algum director do gabinete

te do Ministro, aliás pretensos à prática de bodar.

A estrutura da narrativa, dividida em três partes (introdução, pressupõe-se, "15 dias depois..." e "No dia tal...", correspondendo ao tempo físico de demora dum processo burocrático), prepara o leitor para a apoteose: a reacção do chefe Miranda perante a mentira acima aludida: "oh! gozo dos gozos, vi-lhe o medo nos olhos xinguilar as pragas obscenidades, as bochechas arreganhar um ricto nervoso e o risinho interior a extinguir-se lentamente ih! ih!, estrangulado" (p. 26).

Manuel Rui apresenta-se com um discurso menos metonímico, uma crítica a desvanecer-se nos olhos de duas crianças que, pela inocência dos seus anos, se tornam por isso mesmo mais inflexíveis quanto ao propósito final, com o qual o autor parece realizar homologia, a reconstrução nacional como um todo (uma utopia?), realizável tanto no seu sentido horizontal (contemplando o espaço e a integração na angolanidade das sociedades periféricas/tribais), como vertical (a funcionalidade do poder de forma a evitar a formação de novas elites). O propósito da acção - simultaneamente o seu elemento risível - é a manutenção dum porco para engorda num andar dum prédio luan-dense. É à volta desta situação, tendo por pano de fundo a escassez alimentar em Luanda (entre outras a falta de cerveja) e uma situação deveras próxima da de fora "nas províncias" (a falta de milho e mandioca), que desfilam os episódios e os diálogos desmistificadores dos propósitos da pequena-burguesia citadina, da corrupção dos quadros burocráticos médios, usando o imperativo nacional para seu próprio proveito. O seu comprometimento com a corrupção leva-os à inoperância, por medo de denúncia, dos cargos que ocupam. Este é o caso do vizinho do possuidor do porco, o camarada Faustino, assessor popular, fabricante clandestino de caporoto (bebida de alarbi-que), impossibilitado de actuar perante a atitude de Diogo. Da Revolução Cubana apenas apanham a vestimenta: "Quando se viaja de carro (dizia Diogo, desesperado por não comer há muito tempo carne e com vontade de matar o Carnaval da Vitória, o porco que engordava, entretanto assim apelidado pelos filhos em função da afeição que haviam coreçado a nutrir pelo animal) encontra-se porco em todo o lado. Então porque é que o tal ministro não manda comprar os porcos das províncias e pôr a carne nas bichas de Luanda? Matadouro o tuga deixou. Vejam só: um povo revolucionário como o de Cuba ter a mesma opinião, come bué da carne de porco" (p. 63).

O medo da denúncia, como acima frisei, a subserviência do burocrata médio perante as autoridades superiores, como aparece em Arnaldo Santos, repete-se aqui. O fiscal enviado pelo nosso já conhecido Faustino e pelo Nazário, o responsável pelo prédio, a inspecionar o apartamento de Diogo, ao saber - por mentira dos garotos - que a causa da água a correr na casa de banho, aonde tinham escondido o porco, era o "primo Cinquenta da segurança", interrompeu imediatamente a inspecção.

- "Quem está ali? (perguntava ele)

- É o primo Cinquenta da segurança, trabalhou de noite, na casa dele não tem água e veio aqui tomar banho.

- Da segurança?

- Sim - reafirmou Zeca. E o fiscal correu a andar para a porta.

- Bem. Se não ter porco é porque não ter porco mesmo e..." (pp. 19-20).

Em Pepetela, se num primeiro nível de análise ainda detectamos a intenção da procura da angolanidade nos termos de Yaka (dos anos 50) por referência sobretudo a "Luanda assir, nossa" (contra o tribalismo) e "Acta" (contra o racismo), num segundo nível (conotado com o crescimento da buganvília no alpendre da "casa-grande" da quinta sita em Viana) depara-se não só com a crítica ao aparecimento duma nova burguesia "económica" (os proprietários da quinta, cujo dinheiro necessário à sua compra proveio da actividade comercial e especuladora da mulher como kitandeira, vendedora ambulante), assim como também se estabelecer relações de homologia - para além daquelas outras, acima anunciadas, donde se denotar funções anti-tribalistas e anti-racistas - denunciadoras do surgimento duma nova elite, em geral. O cão pastor-alemão, que no fim da narrativa ficamos a saber de que se tratava do Lucapa (o cão da quinta), tanto abandona a referida quinta em protesto pelo "ponto qualquer no futuro" que o crescimento da buganvília (acarinhado pelo proprietário da quinta) representava, como também recusa, numa crítica muda, aqueles que dele se queriam apossar (alguns até por questões de prestígio, identificando-o com um cão próprio dos coloniais, cujo lugar, no fim, mesmo que o não dissessem expressamente, desejariam ocupar) ou denuncia situações (tais como as de corrupção dos quadros médios, em "Acta", "Lição de economia política", etc...) que constituem desvios à procura da angolanidade no seu sentido pleno, implicando a já referida Heimat de Ernst Bloch. Este facto é tanto mais significativo quanto a "estória" encerra com o cão a despedaçar a buganvília, no que encontra aprovação e incentivo por parte do menino, "que podia ser filho da rapariga de muitos anos atrás" (sobre cujo diário terá o autor reconstruído a "estória"), e ajuda no velho trabalhador bailundo, explorado pela nova burguesia.

O cão surge no decorrer desta narrativa como um constante chamamento à consciência nacional (que todavia ainda não existe) perante a defesa da utopia, cujas dimensões com que aparece na narrativa de Manuel Rui se repetem aqui. A inspirar o cão (donde entendermos o seu exílio voluntário na ilha do Mussulo, sita em frente à cidade) e, no fim, o próprio autor (cuja dedicatória confidencial era "Para a Mena - que viu a toninha/um dia/ao olhar o espelho"), a título de musa do amor, está (uma) (a) toninha.

A escolha dum género de discurso aproximado do da literatura tradicional oral, artifício já explorado pelos da década de 50, sobretudo por Luandino Vieira, torna mais viável a procura dessa angolanidade a que o autor se propõe, da utopia que pretende que seja a de todos os angolanos. Isto é possível porque a leitura em voz alta do texto o torna compreensível mesmo àqueles que sejam analfabetos, cuja quota é deveras elevada em Angola.

Em nenhuma das três narrativas (A. Santos, "Na M'banza do Miranda"; M. Rui, Quem me dera ser onda e Pepetela, O cão e os caluandas) há referência negativa quanto ao exercício do poder político nas suas instâncias mais elevadas. O mesmo já não pode ser dito quanto ao discurso poético de José Luís Mendonça, embora o sistema, em si, (o regime político e o sistema de governo) não seja posto em causa. Trata-se

dur jovem poeta que surgiu ligado ao projecto Brigada Jovem de Literatura, mas do qual prouete destacar-se. Baseio-me essencialmente para tal afirmar no pequeno volume de poemas Chuva noverbrina, galardoado com o prénio-poesia Sagrada Esperança 81, aonde se diz:

"Até ao ano 2.000

Os ministérios serão amaciados
até ao ano 2.000
Se entranharão os ministros
lá em baixo onde o verde é belo
Até ao ano 2.000
muita mandioca fresca há-de haver nas praças"

(escrito a 20-06-80).

A utopia apresenta aqui uma das dimensões com que aparece em Manuel Rui e Pepetela, a saber, a que viabiliza a realização vertical da horologia fundamentada na crítica à nova elite. Esta existe na razão inversa da penúria de meios materiais, entre os quais estarão os produtos alimentares. Em outras palavras: a saída de tal situação, que - como vimos - se agrava (para além do cansaço natural que em cada um terá causado a reestruturação da sociedade após a independência, com as suas naturais deficiências) ainda mais no início dos anos 80, teria de passar pelo consenso comum e pela vontade de vencer, como esta já aparecia no discurso poético de Agostinho Neto. A conjugação destes dois elementos adaptados aos finais dos anos 70 e início dos 80, repetindo a utopia acima mencionada, aparece numa forma acabada, plena de polissemias, num poema de Carlos Pirentel, "Salfabetizando"³¹.

"Salfabetizando

Sentado no chão
rabiscando no pó
um grupo escutando
sentado no chão
um grupo escutando
rabiscando
com o dedo
com um pau
sem papel, e sem lápis
um grupo
salfabetizando".

As oposições serãnticas sentado no chão/rabiscando; sentado no chão/rabiscando, escutando, salfabetizando, transmitir um acréscimo de intensidade, envolvendo a passagem dum estado inerte a um de acção, a vontade de vencer obstáculos originados na penúria dos meios materiais. Numa relação mais transcendental poderíamos concluir ainda que tal passagem implicaria a simbiose da cultura tradicional (simbolizada no acto de se estar sentado no chão a escutar, o quadro físico duma reunião numa sociedade tradicional africana) com a tecnocrata, a moderna. Digo simbiose em vez de transformação, porque o elemento tradicional sentado no chão permanece ao longo do poema. Como acontecera na procura da angolanidade dos anos 50, vale também aqui o esforço para tornar essa realidade ainda muito mais circunscrita aos meios urbanos, fundamentalmente a Luanda e Benguela e respectivos interiores próximos, representada, por outro lado, por aqueles que, quer na oposição (ou melhor discórdia), quer na situação, sustêm o poder, extensível - pela maleabilidade que se pretende atribuir-lhe - a todo o território político.

4. A título de conclusão, diria que a criação literária angolana após a independência deixa-nos antever a mensagem de que a procura da angolanidade deixou de ser um fenómeno meramente cultural ou político para passar a ser também económico. A corrente estética identificada com este princípio (porque se atende à situação económica e política actual, porque encontra concomitância com a criação literária na restante África a sul do Saara depois da independência e não só, porque se coloca na tradição da criação literária dos anos 50, reivindicadora, e com resultados, duma identidade nacional) parece orientar a novidade. Até que ponto, mesmo sabendo da identificação dos autores em causa com o regime, aqueles que detêm de momento a decisão estarão disso conscientes, não é questão que caiba aqui particularmente responder...

NOTAS

1. Comunicação feita no Instituto de Estudos Africanos, Universidade Nova de Lisboa, a 14 de Março de 1986, integrada no Seminário de Civilizações e Culturas Africanas.
2. Sobre a teoria da dependência em geral, ver Wagner, N. e outros, Ökonomie der Entwicklungsländer, Estugarda: Fischer Verlag, 1983, pp. 39 e segs. e Körner, P. e outros, Im Teufelskreis der Verschuldung. Der Internationale Währungsfonds und die Dritte Welt, Hamburgo: Junius, 1984. Esta última obra consiste na aplicação de tal teoria à análise da actual conjuntura económica internacional com destaque para as relações entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento.

3. Senghaas, Dieter, "Kultur und Entwicklung - Überlegungen zur aktuellen entwicklungspolitischen Diskussion", in Zeitschrift für Kulturaustausch (Kolonialismus und Kolonialreiche, II), (34), 4, 1984, pp. 417-24.
4. Cf. Boeckh, Andreas, "Über die Dependenz-Theorien", palestra proferida na Universidade de Heidelberg a 24-06-1985.
5. Cf. Galtung, J., "A Structural Theory of Imperialism", in Journal of Peace Research (Oslo), 8, 1971, pp. 81-117
6. Matta, Roberto da, Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1981 (4a. ed.), p. 18.
7. Goldmann, L., "Die Soziologie der Literatur. Stand und Methodenprobleme", in Literatursoziologie. I Begriff und Methodik, ed. de J. Bark, Estugarda, Kohlhammer, 1974, p. 101.
8. Bromberger, Ch., "Littératures", in Eléments d'ethnologie, ed. de R. Cresswell, Paris: Armand Colin, 1975, pp. 249-70.
9. Cf. Bloch, Ernst, Gesamtausgabe des Suhrkamp-Verlages, 5, p. 364; 15, p. 252 e Subjekt-Objekt. Erläuterungen zu Hegel, Francoforte/Meno: Suhrkamp, 1981 (2a. ed.), p. 514. No que diz respeito à literatura secundária, ver também: Jiménez, J., La estética como utopia antropológica. Bloch y Marcuse, Madrid: Tecnos, 1983, pp. 43 e segs. Quanto ao domínio semiótico, ver Kristeva, J., "Le Sujet en procès: Le langage poétique", in L'identité, ed. de C. Lévi-Strauss, Paris: Quadrige/PUF, 1983 (1a. ed. de 1977), pp. 223-66.
Este texto surgiu quando dum seminário realizado em 1974-75, dirigido por Lévi-Strauss. Particularmente interessante na discussão que se segue à apresentação do texto de Kristeva é a similaridade, posta ainda em questão por Lévi-Strauss e explicada por Kristeva, entre o discurso poético nas sociedades "primitivas" e nas modernas em função do ego transcendental, cuja definição dada por Kristeva - qualquer coisa como a consciência operante - a aproxima de Bloch no que diz respeito à busca da Heimat/utopia. O que separa Kristeva de Lévi-Strauss neste ponto, separa também Bloch de Marx. Refiro-me à preponderância dada ao indivíduo, à produção da estrutura/da esperança/da utopia.
10. Cf. Venâncio, José C., "Para uma perspectiva etnológica da literatura angolana", in Les littératures africaines de langue portugaise: à la recherche de l'identité individuelle et nationale (Actes du Colloque, Paris, 28- 29- 30 novembre, 1^{er} décembre 1984), Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 173-82.
Neste sentido do termo etnicidade valoriza-se fundamentalmente o seu aspecto in-

tegrativo, assente numa interiorização de valores culturais que está para além do factor físico, encontrando antes no uso do idioma, mais propriamente no Haltungs-Typus de Vermeer (conceito que se situa num campo epistemológico entre língua e fala) um importante, senão o mais importante, factor de coesão. Quanto ao conceito de Haltungs-Typus, ver Vermeer, H. J., "Interaktionsdeterminanten. Ein Versuch zwischen Pragm - und Soziolinguistik", in Aufsätze zur Translationstheorie, Heidelberg, 1983, pp. 12-32.

A aplicabilidade do conceito etnicidade ao estudo do comportamento das elites africanas encontra assim fundamento no facto de que estas se viram confrontadas com a interiorização de duas culturas e dois idiomas, realizando a sua identidade (de qualquer forma muito circunscrita às áreas de forte colonização europeia) a meio termo desse confronto.

11. Salarone, Frank A., "Persona, Identity, and Ethnicity", in Anthropos, 77, 1982, pp. 475-90.
12. Ver a este respeito Conde, M., "Anglophones et francophones: les frontières littéraires existent-elles?", in Notre Librairie, 65, 1982, pp. 27-32 e Riesz, J., "Der Kolonialismus in der Sicht afrikanischer Erzählliteratur im 20. Jahrhundert", in Zeitschrift für Kulturaustausch (Kolonialismus und Kolonialreiche II), (34), 4, 1984, pp. 375-83.
13. Romance ganês, onde se denuncia a corrupção do regime de Nkrumah. Citação de Conde, op. cit., pp. 27-32.
14. Servi-me da tradução alemã: Die Strafversetzte Revolution, Francoforte/Meno: Ullstein, 1981.
É evidente que perante a análise dum texto traduzido o domínio textual/semântico deixa de ser relevante, o que já não acontece com o domínio transcendental/semiótico. Aliás a actividade do tradutor, ou melhor, do tradutor cultural deve ser precisamente incentivada para isso, na medida em que com a chamada tradução à letra, ao se pretender ser fiel ao primeiro nível, perde-se o sentido mais importante da mensagem, localizado no segundo.
15. A 1a. edição é de 1965. Segui a de 1978: Londres...: Heinemann Educational Books, (1978). Trata-se dum autor nigeriano.
16. 1a. edição: Londres: Hutchinson, 1961, 2a. edição: Londres: Hamilton, A Panther Book, 1964.
17. Segui a tradução brasileira: O belo imundo, São Paulo: Ática, 1980.

18. Galardoada em 1981 com o prémio para publicações africanas - The Nora Award. Edição alemã de 1984.
19. Cf. Venâncio, Uma perspectiva etnológica da literatura angolana, Lisboa: Ulreiro (no prelo).
20. Cf. Venâncio, op. cit., 1985, pp. 173-82 e a entrevista que o poeta em causa concedeu em 1984 a Manuel Freire. Freire, M., "Ruy Duarte de Carvalho: 'Diz-se em poesia o que não pode ser dito de outra forma'", in Jornal de Letras, Artes e Ideias, IV, 128, (18-24 Dez.) 1984, pp. 5-6.
21. Ver Vermeer, op. cit., 1983, pp. 12-32. Ver nota de rodapé 9.
22. Cf. Venâncio, op. cit., 1985, p. 180.
23. Cardoso, B., Dizanga dia Muenhu, Lisboa: Edições 70, 1977; O fogo da fala, Lisboa: Edições 70, 1980.
24. In Gente do meu bairro, Lisboa: Edições 70, 1977.
25. Pepetela, Yaka, Lisboa: Edições Dom Quixote, 1985.
26. Cf. "Brigada Jovem de Literatura. Sobre a educação estética da juventude", in África, 9, 1980, pp. 504-5.
27. Segui a edição de 1981: Mestre Taroda e outros contos, Lisboa, Edições 70, 1981.
28. Santos, A., Na M'banza do Miranda, Luanda: INALD, 1984.
29. Rui, M., Quer me dera ser onda, Luanda: INALD, 1984 (2a. ed.), galardoado com o prémio Carinho das Estrelas 80.
30. Pepetela, O cão e os caluandas, Lisboa: Edições Dom Quixote, 1985.
31. Poema publicado in Estudos Portugueses e Africanos, 4, 1984. Carlos Pimentel publicou: Tijolo a tijolo, Luanda: INALD, 1981, galardoado em 1982 com The Nora Award (menção honrosa).